



20  
18

# RELATÓRIO E CONTAS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

# 2018

## RELATÓRIO E CONTAS

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

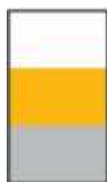
Fax: 291 705 556

Capital Social: 5.000.000,00 Euros

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial do Funchal sob o número 01016/40.05.08



**COMPANHIA DOS CARROS  
DE SÃO GONÇALO, S.A.**



Arquivo: Carlos Fotógrafo

**Bedford WLG, ano 1935 - Companhia de Carros de São Gonçalo Lda.**

## ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	5
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO .....	8
INDICADORES RELEVANTES .....	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR KM PERCORRIDO E POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO .....	17
1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	18
1.1 EXPLORAÇÃO .....	20
1.2 OFICIAL.....	27
1.3 APROVISIONAMENTOS .....	32
1.4 RECURSOS HUMANOS .....	33
1.5 TECNOLOGIA .....	40
1.6 COMUNICAÇÃO E MARKETING .....	43
1.7 COMERCIAL .....	43
1.8 JURÍDICA.....	43
1.9 ECONOMIA E FINANÇAS.....	44
2. CONTAS DO EXERCÍCIO.....	50

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	54
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	87
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	88



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ALEJANDRO GONÇALVES**  
**PRESIDENTE**

**ENG<sup>a</sup>. SUSANA CORREIA**  
**VOGAL**

**ENG.<sup>o</sup> DUARTE DE FARIA**  
**SOUSA**  
**VOGAL**

Todos sabemos que a empresa ao longo dos últimos anos tem vindo a perder receitas e passageiros, mas também não podemos dissociar destes indicadores o aumento do desemprego e o fenómeno da emigração, que aumentou ainda mais a desertificação das zonas rurais. Em 2018, a CCSG era uma empresa com dificuldades, que com muito esforço dos seus colaboradores, se manteve como uma das maiores empresas de transporte público de passageiros interurbano.

Já com o aditamento ao Contrato assinado com a Região Autónoma da Madeira, foi possível delinear uma nova estratégia alinhada com as orientações que também serão implementadas na Horários do Funchal, sua acionista e que assenta em três pontos fulcrais: serviço focado no cliente (residentes e visitantes), modernização e qualificação da empresa e potenciar a eficiência e sustentabilidade. Estas orientações serão reforçadas, com a nova política de transportes do Governo Regional da Madeira, que decidiu

implementar na Região Autónoma da Madeira, um novo tarifário com tarifas especiais para crianças, estudantes e pensionistas para o ano de 2019. Na vertente económica e financeira, o ano de 2018 foi um ano ainda marcado pelos pontos acima já descritos, e obteve-se um Resultado Líquido negativo, que se cifrou em 139 mil euros mas manteve os seus capitais próprios positivos, que ascenderam a 2,7 milhões de euros.

O caminho para o sucesso ainda é longo, mas as bases já foram lançadas. Nesse aspeto, a Empresa não pode deixar de dar nota do apoio incondicional por parte do seu acionista, a Horários do Funchal, que definindo orientações estratégicas claras e de inquestionável valor para a empresa, e apoiando as atividades descritas no presente relatório, potencia uma frutuosa colaboração entre as partes, ao longo do presente exercício.

Por último e como não podia deixar de ser, queremos agradecer o empenho e a dedicação dos seus colaboradores que, trabalhando em equipa, representaram e representam um fator determinante para os resultados alcançados e futuros.

## **AGRADECIMENTOS**

A execução do plano de atividades no exercício de 2018 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista;
- À RAM, em particular à Direção Regional de Economia e

Transportes e à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, representada pelo Srº Drº Pedro Calado, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos;

- Os quadros da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A, pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.



## APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

### APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A., seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros, e, é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal-Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus

sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

VOGAL Duarte Leovigildo de Faria Sousa

### FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

SROC nº.29

Representado por João Torres da Cunha Ferreira ROC N.º 95.

## VISÃO, MISSÃO E VALORES

### VISÃO

*“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”*

### MISSÃO

*“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”.*

### CULTURA

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor

às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG.

#### INOVAÇÃO

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local, e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura, e, partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da CCSG.

#### PRINCÍPIOS E VALORES

A CCSG tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A CCSG, na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética da empresa mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

**DEVERES DOS  
PASSAGEIROS(\*)**

A colaboração dos clientes e o cumprimento dos seus deveres são essenciais para que a qualidade do serviço, a que a Empresa se propõe, seja alcançada. Por esse motivo, devem os clientes, nomeadamente:

- a.** Viajar munidos de título de transporte válido, devendo validá-lo no início de cada viagem;
- b.** Apresentar o título de transporte quando exigido pelo pessoal ao serviço da Empresa, nomeadamente pelos agentes de fiscalização;
- c.** Identificar-se sempre que exigido pelo pessoal ao serviço da Empresa;
- d.** Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- e.** Contribuir para a preservação das viaturas, utilizando os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
- f.** Ter uma atitude cívica e de respeito com o motorista e os outros passageiros;
- g.** Não fumar no interior dos veículos nem ingerir alimentos;
- h.** Não utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
- i.** Não entrar quando a lotação do veículo estiver completa;
- j.** Não entrar ou sair dos veículos fora das paragens;

---

(\*) Teve por base o Regulamento UE Nº 181/2011, respeitante aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro e o Decreto-Lei nº 9/2015, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada, que regula as obrigações da Empresa e dos passageiros, assim como, os direitos destes últimos e cria um regime sancionatório contraordenacional pelo incumprimento das obrigações.

- k.** Respeitar os clientes prioritários e de mobilidade condicionada, auxiliando-os e cedendo o seu lugar, principalmente nos lugares de acesso reservado devidamente assinalados na viatura;
- l.** Alertar o motorista ou outro pessoal que se encontre ao serviço da Empresa sobre os problemas detetados no interior da viatura;
- m.** Contribuir para a pontualidade do serviço no momento de entrada e saída das viaturas, sem comprometer a segurança e o conforto;
- n.** Respeitar o sinal de fecho de portas e respetivos avisos de segurança, sem nunca entrar ou sair do autocarro sem que esteja totalmente parado;
- o.** Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações, sem autorização da CCSG.

#### **DIREITOS DOS PASSAGEIROS(\*)**

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela CCSG, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

**a.** Direito a indemnização nos termos legais, designadamente:

- ❖ por danos patrimoniais e não patrimoniais;
- ❖ por extravio ou danos das bagagens imputáveis à Empresa;

caso não exerça o direito de reembolso, quando se verifique atraso à chegada indicada no título de transporte, superior a 90 minutos, que seja imputável à Empresa, o passageiro tem direito a uma indemnização, correspondente a 50 % do preço do bilhete efetivamente pago.

---

(\*) Teve por base o Regulamento UE Nº 181/2011, respeitante aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro e o Decreto-Lei nº 9/2015, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada, que regula as obrigações da Empresa e dos passageiros, assim como, os direitos destes últimos e cria um regime sancionatório contraordenacional pelo incumprimento das obrigações.

Exceto se o passageiro foi informado do atraso antes de adquirir o título de transporte ou tenha iniciado a viagem com conhecimento desse atraso, se o valor a pagar nos termos do número anterior, seja igual ou inferior a 4 euros ou o passageiro seja titular de uma assinatura, passe ou de um título de transporte sazonal.

**b.** Assistência obrigatória e cedência de lugar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças;

**c.** Informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço, nos devidos suportes de comunicação com o cliente;

**d.** Apresentar reclamações, nos termos da legislação em vigor.

# INDICADORES RELEVANTES

Atividade Operacional	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Passageiros Transportados	1.182.568,00	-4,3%	1.170.298,00	-1,0%	1.115.037,00	-55.261,00	-4,7%
Receitas totais (€)	3.296.155,11	-2,4%	3.098.832,36	-5,9%	3.021.686,15	-77.146,00	-2,5%
Quilómetros percorridos (km)	1.497.703,00	-0,2%	1.504.164,00	0,4%	1.503.412,00	-752,00	-0,1%
<b>Desempenho Operacional</b>							
Rendimentos Operacionais [1] (€)	4.081.362,18	-1,7%	3.924.112,23	-3,9%	3.792.407,33	-131.705	-3,4%
Gastos Operacionais [2] (€)	3.757.399,87	-7,3%	3.756.237,29	-0,0%	3.793.525,28	37.288	0,9%
Taxa de cobertura [1]/[2] (%)	108,6%		104,5%		100,0%	4,5 p.p	-4,3%
<b>Resultado Operacional</b>							
Resultado operacional (€)	69.490,00	-161,5%	-88.498,00	-227,4%	-139.361,64	-50.863,00	57,5%
<b>Taxa de ocupação</b>							
Taxa de ocupação (%)	26,8%	-3,5%	26,4%	-1,46%	25,6%	-0,8 p.p	-3,0%
<b>Taxa de Pontualidade</b>							
Viagens atrasadas	13,00	117,0%	17,00	30,8%	15,00	-2,00	-12,0%
<b>Taxa de Regularidade</b>							
Viagens previstas - realizadas	-13	-1200,0%	-9	-31,0%	-11	-2	-22,0%
<b>Indicadores de RH</b>							
Nº de Efetivos (Nº)	69	0,0%	67	-2,9%	68	1	1,5%
<b>Estrutura Acionista</b>							
Total do Capital Social (€)	5.000.000	0,0%	5.000.000	0,0%	5.000.000	0,0	0,0%
Capital Social detido pela HF (%)	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0	0,0%
<b>Situação Patrimonial</b>							
Ativo Não Corrente (€)	2.156.000,57	393,6%	2.068.287,88	-4,0%	1.988.828,95	-79.459	-3,8%
Ativo Corrente (€)	2.786.345,10	23,4%	2.478.732,28	-11,0%	2.048.871,96	-429.860	-17,3%
Capital Próprio (€)	2.950.558,50	149,8%	2.862.060,34	-3,0%	2.722.698,70	-139.362	-4,9%
Total do Ativo (€)	4.942.345,67	83,4%	4.547.020,16	-8,0%	4.037.700,91	-509.319	-11,2%
Passivo (€)	1.991.787,17	31,5%	1.684.959,82	-15,4%	1.315.002,21	-369.958	-21,9%
Total do Capital Próprio e Passivo (€)	4.942.345,67	83,4%	4.547.020,16	-8,0%	4.037.700,91	-509.319	-11,2%

[1] Componente onde se incluem as vendas e serviços prestados, os subsídios à exploração, a variação positiva nos inventários da produção, os trabalhos para a própria entidade e outros rendimentos e ganhos.

[2] Componente onde se incluem os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal e outros gastos e perdas. O total da rubrica encontra-se expurgado de depreciações.

<b>Investimentos</b>	<b>2016</b>	<b>2016/2015</b>	<b>2017</b>	<b>2017/2016</b>	<b>2018</b>	<b>2018-2017</b>	<b>2018/2017</b>
Investimentos em Ativos Fixos (€)	1.647.212,24	1183,4%	204.404,82	-87,6%	204.404,82	0,00	0,00%
<b>Indicadores de Estrutura</b>							
Autonomia Financeira	60,0%	36,0%	63,0%	6,0%	67,0%	4,0p.p	6,0%
Solvabilidade	148,0%	90,0%	170,0%	15,0%	207,0%	37,0p.p	22,0%
<b>Indicadores Financeiros</b>							
Volume de Negócios (€)	3.296.155,11	-2,4%	3.098.832,36	-5,9%	3.021.686,15	-77.146,21	-2,5%
Resultado Líquido (€)	69.489,52	-161,5%	-88.498,16	-227,4%	-139.361,64	-50.863,48	57,5%
Ebitda (€)	325.606,60	138,2%	153.790,77	-52,8%	47.068,25	-106.722,52	-69,4%
Ebit (€)	74.631,08	-166,1%	-88.484,08	-218,6%	-139.351,64	-50.867,56	57,5%

**Glossário:**

- Autonomia Financeira: Capital Próprio/Total Ativo;
- Solvabilidade: Capital Próprio/Total Passivo;
- Ebitda: rendimentos antes de juros, impostos e depreciações;
- Ebit: rendimentos antes de juros e impostos.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR KM PERCORRIDO E POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO**

<b>Demonstração do Resultado por Km percorrido</b>		2018	2017	2018	2017
	<b>Gastos e Perdas</b>		<b>S. Interurbano</b>	<b>S. Turismo</b>	
Custos Exploração / Km		2,02	2,14	3,82	2,77
Outros Custos / Km		0,01	0,03	0,02	0,01
	<b>Total de Custos / Km</b>	<b>2,03</b>	<b>2,17</b>	<b>3,84</b>	<b>2,78</b>
	<b>Rendimentos e Ganhos</b>		<b>S. Interurbano</b>	<b>S. Turismo</b>	
Proveitos de Exploração / Km		2,07	2,14	2,78	2,52
Outros Proveitos / Km		0,02	0,01	0,08	0,03
	<b>Total de Proveitos / Km</b>	<b>2,09</b>	<b>2,15</b>	<b>2,86</b>	<b>2,55</b>
	<b>Resultado / Km</b>	<b>-0,06</b>	<b>-0,02</b>	<b>-0,98</b>	<b>-0,20</b>

<b>Demonstração do Resultado por Passageiro</b>		2018	2017
	<b>Gastos e Perdas</b>		<b>S. Interurbano</b>
Custos Exploração / Passageiro		2,73	2,75
Outros Custos / Passageiro		0,01	0,03
	<b>Total de Custos / Passageiro</b>	<b>2,74</b>	<b>2,78</b>
	<b>Rendimentos e Ganhos</b>		<b>S. Interurbano</b>
Proveitos de Exploração / Passageiro		2,80	2,75
Outros Proveitos / Passageiro		0,03	0,01
	<b>Total de Proveitos / Passageiro</b>	<b>2,83</b>	<b>2,76</b>
	<b>Resultado / Passageiro</b>	<b>0,09</b>	<b>-0,02</b>

Unidade: Euros

# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo, em 31 de dezembro de 2018.

## ENQUADRAMENTO GERAL

A CCSG está implantada no mercado dos transportes públicos de passageiros, na Região Autónoma da Madeira, como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação e ciente da responsabilidade do serviço social que presta, prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação de apoio fornecida ao cliente.

A CCSG continua a assumir a sua responsabilidade, pública e social, atuando na área da mobilidade, através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações residentes, nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade de serviço, cumprindo, desta forma, com o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros que foi adaptado à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M e com o Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Por outro lado, está também implementada no mercado de aluguer de viaturas com condutor, serviço de transportes de pessoas, essencialmente agências de viagem. Atendendo que a economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo, pois este representa, cerca de 26,6% do PIB regional, a atividade da CCSG, neste segmento, é, contribuir para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira.

## ATIVIDADE

A CCSG, de modo a ajustar a sua atividade à nova realidade económica, financeira e social da Região Autónoma da Madeira, teve que elaborar um plano estratégico de gestão, que permitisse a redução de custos, e, em consequência revisse toda a sua atividade, tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços, nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura.

Apesar da economia da RAM crescer ligeiramente e a taxa de desemprego estar a decrescer, mantiveram-se praticamente todas as medidas restritivas em termos de procura.

No entanto, não existiram medidas que contribuíssem fortemente para um maior rendimento das famílias, para a criação de emprego e para a desaceleração da emigração, logo, não houve crescimento da mobilidade das pessoas. Por este facto, a atividade da CCSG continua a ser influenciada pelo decréscimo da procura.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade da CCSG, abaixo discriminamos os principais motivos que contribuíram para os resultados deste exercício:

- A redução do volume de negócios, é resultado, em parte, do reflexo do já referido anteriormente, bem como pelo envelhecimento da frota, cujos autocarros atingiram o seu fim de vida útil, e, pela falta de investimento na aquisição de novos autocarros, que comprometem a competitividade e, por conseguinte, levam à quebra de procura. Estes fatores, refletem-se, principalmente, no serviço de turismo, setor que exige altos valores de qualidade, imagem e segurança. No entanto, é preciso ressaltar que faltavam poucos meses para terminar o contrato que estava em vigor com a tutela e, por esse motivo, não era possível nem plausível estar a fazer investimentos;
- Aumento do custo do litro do gasóleo;
- O aumento de gastos com a contratação de serviços externos, nomeadamente, publicidade, material de escritório, limpeza, entre outros;
- Aumento dos Gastos com o pessoal.

# 1.1 EXPLORAÇÃO

## OFERTA DE VIAGENS REGULARES

A operação no serviço interurbano decorreu sem muitas perturbações ao longo do ano, destacando-se, no entanto, a existência de dois constrangimentos operacionais, por motivo de obras, que levaram á necessidade de introduzir serviços complementares, o primeiro, no mês de março, na carreira 77 (Santo da Serra) e, já no final do ano, a partir do mês de setembro, na carreira 81 (Curral das Freiras). Em ambos os casos, não obstante o desconforto para os passageiros e motoristas, não houve manifestações de desagrado por parte dos passageiros os quais, por seu lado, entenderam a necessidade das referidas obras. Destacamos, também, o prolongamento do serviço em Santana até ao Parque Temático, a partir do mês de outubro e o desvio de uma viagem, na carreira 77, via Escola Secundária da Camacha, a partir do mês de setembro.

Os referidos ajustes na rede, em Santana, implicaram um ligeiro aumento da extensão da rede simples que passou de 232 km para 232,6 km.

O quadro seguinte traduz a evolução dos km percorridos, nos últimos três anos:

Atividade Operacional	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-201	2018/2017
Km percorridos (km)	1.497.703	-0,2%	1.504.164	0,4%	1.503.412,00	-752,00	-0,1%



### Lotação Média

A lotação média foi de 59 lugares.

O quadro seguinte indica a evolução da oferta, aferida pelo indicador de L.K.O, bem como da lotação média, nos últimos 3 anos:

Lotação Média e L.K.O	2016	2017/2016	2017	2018/2017	2018	2018-2017	2018/2017
Lotação Média	60	0%	60	0%	59	-1,00	-1,7%
Lugares p/ quilómetro (L.K.O)	82.294.671	-0,9%	82.640.214	0,4%	81.183.960	-1.456.254	-1,8%

L.K.O – Lugares por km oferecido



### Viagens Realizadas

Foram realizadas 56 389 viagens, mais 30 viagens do que em relação ao ano anterior e em conformidade com a oferta prevista para 2018.

O número de viagens não realizadas foi de 11, o que reflete a boa regularidade nos serviços que a empresa presta aos seus clientes.

O quadro seguinte representa o número de viagens realizadas e previstas, nos últimos 3 anos:

TAXA DE REGULARIDADE	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
VIAGENS REALIZADAS	56.444	-1,4%	56.359	-0,2%	56.389	30	0,1%
VIAGENS PREVISTAS	56.457	-1,4%	56.368	-0,2%	56.400	32	0,1%
DIFERENÇA	-13	0	-9	-30,77%	-11	-2	-15,38%

### Taxa de Pontualidade

O número de viagens com atrasos baixou 11,8%, o que reflete que a empresa está empenhada em garantir o cumprimento dos seus horários para com os seus clientes.

TAXA DE PONTUALIDADE	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
VIAGENS ATRASADAS	13	117%	17	30,80%	15	-2	-11,80%

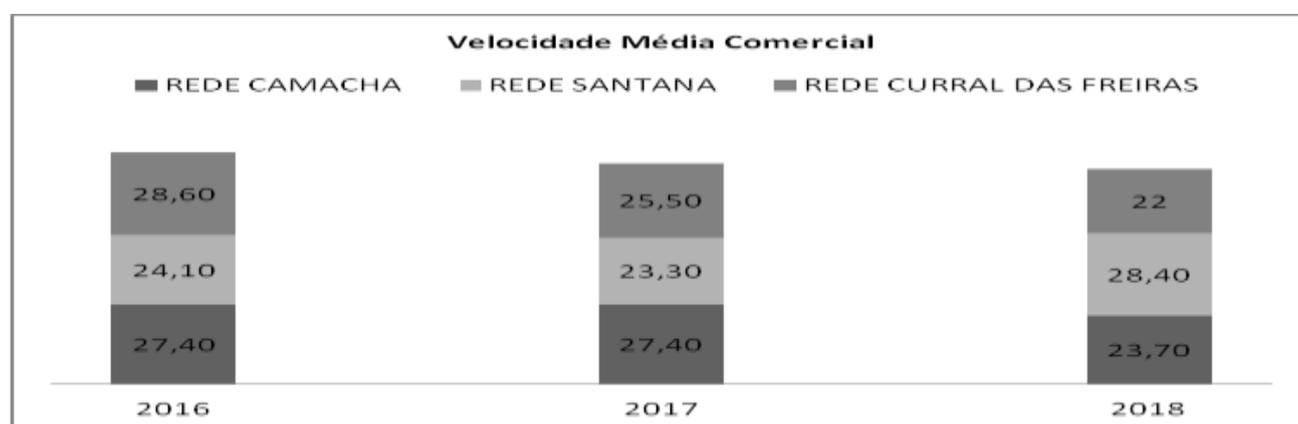


## Velocidade Comercial

A velocidade comercial, apurada com base nos registos Sistema de Apoio à Bilhética, esteve abaixo da verificada nos anos anteriores, tendo a sua origem nas redes da Camacha e do Curral das Freiras, em resultado de contingências relacionadas com congestionamentos à circulação automóvel por motivo de obras, conforme já referido.

O quadro seguinte traduz a evolução da *velocidade comercial*, em km nos últimos 3 anos:

VELOCIDADE MÉDIA COMERCIAL	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
REDE CAMACHA	27,40	1,1%	27,40	0,0%	23,70	-3,70	-13,5%
REDE SANTANA	24,10	-10,1%	23,30	-3,3%	28,40	5,10	21,9%
REDE CURRAL DAS FREIRAS	28,60	5,1%	25,50	-10,8%	22,00	-3,30	-12,9%



## Quadro Resumo de indicadores da Oferta

Os principais indicadores de oferta, refletem ligeiras variações resultantes, principalmente, dos desvios pontuais de trajetos e duma descida na lotação média verificando-se, não obstante, estabilidade no serviço disponibilizado á população.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, em serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

OFERTA	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Viagens realizadas	56.444	-1,4%	56.359	-0,1%	56.389	30	0,1%
Lugares p/ quilómetro (L.K.O)	82.294.671	-0,9%	82.640.214	0,4%	81.183.960	-1.456.254	-1,8%

## Evolução da Procura de carreiras regulares

A procura, aferida pelo *número de passageiros transportados*, registou uma descida de 4,7%, em relação ao ano anterior.

Na rede interurbana, a venda de bilhetes simples tem particular importância nos trajetos que incluem destinos de interesse turístico, como Camacha, Santo da Serra, Curral das Freiras, Ribeiro Frio, Poiso e Santana, onde os principais clientes são os turistas. Naqueles destinos, verificamos o seguinte registo:

- para C. Freiras e R.º Frio, descida de 2,5%;
- para Poiso e Santo da Serra, descida de 8,9%;
- para Santana, descida de 10,2%;
- para Camacha, descida de 2,74%.

Esta descida generalizada nas vendas de bilhetes a turistas influencia os resultados, quer no volume de passageiros transportados quer, como é óbvio, na *receita direta*.

Há um estudo, realizado pela Direção Regional de Turismo, que indica que o maior crescimento no número de hóspedes da Região registou-se no *alojamento local* (+56,5%) e no *turismo rural de habitação* (+62,9%), que, em conjunto, representam já 14% do número de hóspedes entrados na RAM. O mesmo estudo destaca ainda que fora do Concelho do Funchal, os concelhos que atraíram maior número de turistas nos últimos anos foram: Calheta, Machico e São Vicente. Indiretamente esta realidade está a afetar a nossa operação, pois está a desviar o potencial da procura por parte dos turistas, para um outro espaço geográfico fora da nossa zona de operação, influenciando a descida do número de bilhetes vendidos a bordo dos autocarros.

Conforme já acima detalhado, o movimento dos turistas que utilizaram as nossas carreiras, para visitar locais de interesse turístico como, por exemplo, Camacha, Santana ou Santo da Serra, foi inferior ao do ano anterior, influenciando, em baixa, a venda de bilhetes para aquelas localidades.

O número dos passageiros que utilizaram *passes sociais*, na rede interurbana, foi também inferior, em relação ao ano anterior.

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente, os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras e nos últimos três anos:

PROCURA	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Passageiros Transportados	1.182.568	-4,3%	1.170.298	-1,0%	1.115.037	-55.261	-4,7%
P.K.T (km)	22.043.068	-4,3%	21.814.355	-1,0%	20.784.290	-1.030.065	-4,7%
P.M p/ passageiro (km)	18.640	0,0%	18.640	0,0%	18.640	0,00	0,00%
Taxa de ocupação (%)	26,79%	-3,5%	26,40%	-1,5%	25,60%	-0,80%	-3,0%

**Abreviaturas:** P.M. Percurso médio; P.K.T. Passageiro/quilómetro, transportado

## Fiscalização

Foram fiscalizadas 2 793 viagens, o que corresponde a 5% do total das viagens realizadas.

O total de *passageiros fiscalizados* foi de 31.262, o que representa 2,8% do total dos passageiros transportados, nas carreiras regulares.

Ao analisarmos o número de *viagens realizadas* e de *passageiros fiscalizados*, constatamos uma descida significativa entre 2017 e 2018. Isto é reflexo dos efeitos da reconversão de alguns recursos humanos no mês de outubro de 2015, na qual, 3 Fiscais passaram a integrar o quadro de motoristas. A Fiscalização passou assim de 6 para 3 elementos. Esta situação será revertida a partir de 2019, com a entrada de novos Fiscais.

Quadro com a evolução do número de *viagens fiscalizadas*, nos últimos três anos:

FISCALIZAÇÃO	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
VIAGENS FISCALIZADAS	3.115	47,8%	2.777	-10,9%	2.793	16	0,6%
PASSAGEIROS FISCALIZADOS	38.487	47,8%	34.822	-9,5%	31.262	-3.560	-10,2%



## Rede de Paragens

A rede do serviço interurbano tem agora um total 1.148 paragens, o que corresponde a mais uma unidade instalada em Santana na sequência do desvio até ao Parque Temático.

A rede do serviço interurbano dispõe ainda de 249 paragens que estão posicionadas na rede urbana, e por esse motivo são de utilização mista.

Quadro com a evolução do número de paragens, nos últimos três anos:

REDE DE PARAGENS	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
PARAGENS	1.143	0,3%	1.147	0,4%	1.148	1	0,01%

### Evolução da Oferta de Serviços de alugueres

Decorreu com normalidade a atividade operacional, laboral e comercial relativa ao serviço de *alugueres*, em 2018.

Destaca-se, com agrado, a estabilidade laboral que se viveu nesta atividade onde a disponibilidade, sentido de missão e cooperação de todos os colaboradores, desde o pessoal de tráfego até aos responsáveis pelos processos administrativos, operacionais, atendimento e de escalamento, merece justo realce.

A reposição dos valores da remuneração no trabalho suplementar, veio incentivar o grupo dos motoristas, e a sua disponibilidade para a Escala.

A capacidade da frota, por tipologia de oferta manteve-se nos, 53, 24 e 18 lugares por autocarro. A lotação média foi de 49 lugares.

Os principais indicadores de oferta refletem uma descida no ano de 2018, na sequência da descida no número de serviços realizados.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de oferta, nos últimos 3 anos:

OFERTA	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Km Totais	332.802	-3,5%	274.110	-17,6%	240.246	-33.864	-12,4%
Lotação Média	49	6,5%	50	2,0%	49	-1,00	-2,0%

### Evolução da procura de serviços de alugueres

A fonte principal de receitas, na área do serviço de *alugueres*, provém do setor do turismo.

Em 2018, do volume total da faturação em serviços de alugueres, cerca de 50,9%, resultou de serviços com turistas provenientes de navios de cruzeiro e, o restante, de turistas que chegaram de avião à RAM.

O valor total da faturação com o serviço de *alugueres* foi de 732.627,79 euros, o que corresponde a uma ligeira descida de 2,18% em relação ao ano anterior, em consequência da redução de serviços devido à idade da nossa frota.

Os nossos principais clientes, no serviço de alugueres, são as Agências de Viagens.

A nossa segunda maior fonte de faturação são as escolas. Ao longo do ano fazem deslocar centenas de alunos para diversos eventos, no âmbito de atividades pedagógicas, nomeadamente, *visitas de estudo*. Em 2018, estes serviços geraram um volume de faturação de 102.677,19 euros o que representa uma subida de 11,22%, mas, não foi o suficiente para atenuar a tendência de quebra das receitas, apesar de estarmos a recuperar.

Verifica-se uma quebra de 2,18%, no total da faturação, mesmo assim muito inferior à verificada no ano anterior.

No que respeita ao volume de passageiros transportados no serviço de *alugueres*, o mesmo foi de 405.852 passageiros, mais 19,3 % em relação ao ano anterior.

O quadro seguinte traduz a evolução do número de passageiros transportados, nos últimos 3 anos:

PROCURA	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Passageiros Transportados	432.039	-4,2%	340.666	-21,2%	405.852	65.186	19,1%



O quadro seguinte apresenta, comparativamente, os principais indicadores da procura nos últimos três anos estão:

PROCURA	2016	2016/2015	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Passageiros Transportados	432.039	-4,2%	340.666	-21,2%	405.852	65.186	19,1%
Percurso Médio/km	50,48	8,9%	54,85	8,7%	44,46	-10,39	-18,9%

Neste ponto é importante realçar a nova forma de mobilidade dos turistas dentro da Região, isto tendo por base um estudo da Direção Regional de Turismo. Isto porque nos dias de hoje, os turistas são mais autónomos e em menor número, em termos de grupo. Assim sendo preferem alugar veículos, ou passear de jeep ou carrinhas de 9 lugares, para diversos pontos da ilha.

Esta nova realidade coloca os autocarros de maior lotação em desvantagem, segmentos onde estamos posicionados.

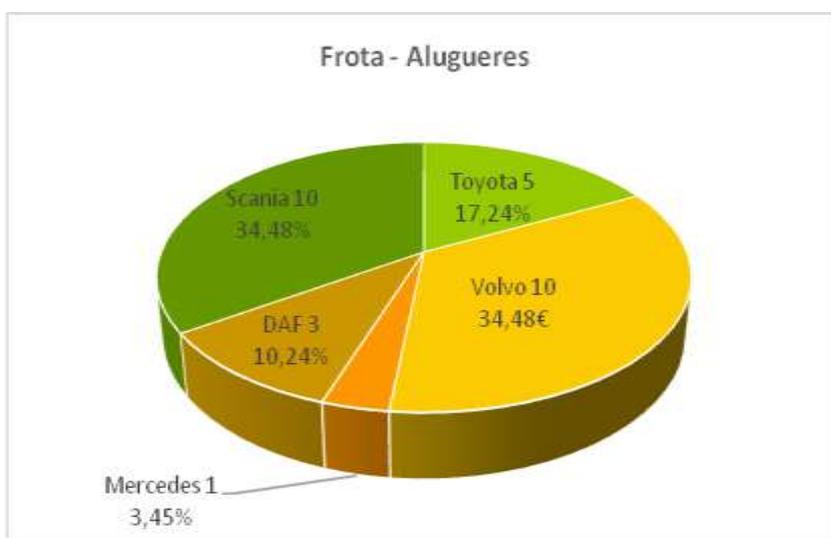
## 1.2 OFICINAL

### Evolução da Frota

A frota da CCSG, a 31 de dezembro de 2018, era composta por 88 autocarros, 59 afetos ao serviço interurbano e 29 ao serviço de alugueres.

A idade média dos autocarros do serviço interurbano foi de 26,92 anos e no serviço de alugueres, foi de 17,79 anos. A idade média da frota da empresa é de 23,91 anos.

A composição da frota do serviço interurbano e alugueres, é representada pelos seguintes gráficos:



## Imobilização

A taxa de imobilização foi de 22,44% para a frota Interurbana. Se observarmos atentamente o quadro abaixo e analisarmos a evolução ao longo dos anos, constatamos que de 2017 para 2018 há um aumento de 55,20%, valor anormal comparativamente com os anos anteriores, acréscimo justificado pela idade da frota.

No que diz respeito à taxa de imobilização da frota de alugueres, verificamos que há uma inversão de descida em relação aos anos transatos, já que em 2018, sobe 2,28%, cifrando-se nos 19,78%, reflexo também da idade da frota.

<b>MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO</b>		
<b>Viaturas Interurbanas</b>		
	<b>TOTAL ANO</b>	
<b>ANO</b>	<b>VIATURAS</b>	<b>TAXA%</b>
<b>2015</b>	4,90	12,57
<b>2016</b>	5,64	14,46
<b>2017</b>	4,79	14,01
<b>2018</b>	14,29	22,44
<b>Δ 2018/2017</b>		<b>55,20%</b>

<b>MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO</b>		
<b>Viaturas Alugueres</b>		
	<b>TOTAL ANO</b>	
<b>ANO</b>	<b>VIATURAS</b>	<b>TAXA%</b>
<b>2015</b>	15,56	25,46
<b>2016</b>	12,69	21,47
<b>2017</b>	10,92	17,50
<b>2018</b>	5,74	19,78
<b>Δ 2018/2017</b>		<b>-7,85%</b>

Os fatores que mais contribuíram para a esta taxa foram: a rotura de artigos em stock de consumo normal; algumas trocas de referências e equivalências por parte de alguns fornecedores; falta de órgãos de reserva, tais como motores, caixas de velocidades e diferenciais, e ainda o atraso na entrega das peças por falta de transportes.

### Manutenção Preventiva

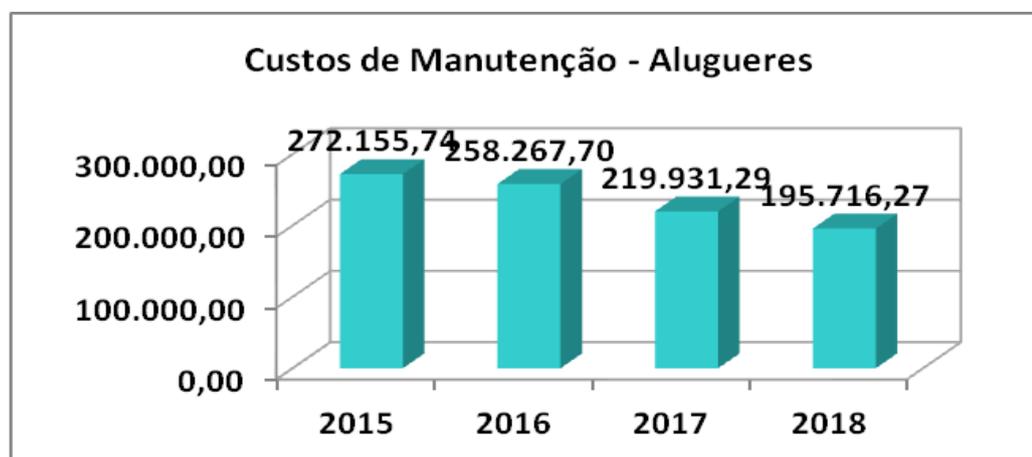
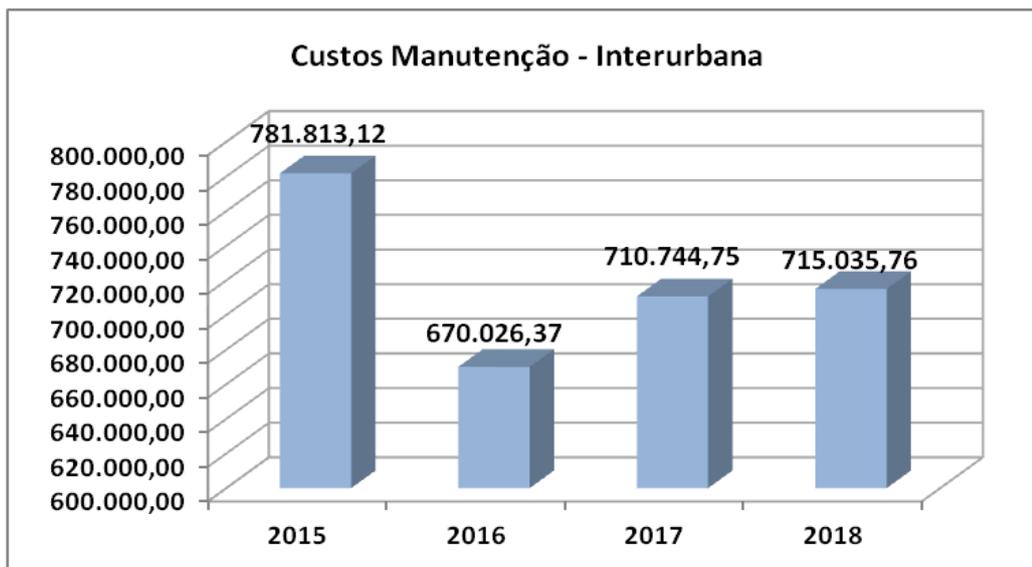
O Plano de Manutenção Preventiva da frota CCSG foi cumprido, tendo em consideração as diretivas fornecidas no que se refere à idade dos autocarros. No total foram realizadas 282 revisões, mais precisamente, 3,2 por autocarro.

### Custo da Manutenção

O custo por km de manutenção da frota interurbana manteve-se nos 0,47 euros e, nos alugueres reduziu para 0,74 euros. Note-se que durante este ano, vários autocarros de aluguer foram utilizados em carreiras interurbanas contribuindo para estes resultados.

Quanto aos custos totais:

<b>VARIAÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO</b>				
<b>Interurbana</b>				
<b>Ano</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Manutenção [€]</b>	<b>€ Km/Manut.</b>	<b>Δ Manut.</b>
<b>2015</b>	1 521 656	781 813,12	<b>0,514</b>	
<b>2016</b>	1 470 631	670 026,37	<b>0,456</b>	-14,30%
<b>2017</b>	1 508 016	710 744,75	<b>0,471</b>	6,08%
<b>2018</b>	1 494 984	715 035,76	<b>0,478</b>	0,60%



### Consumos

Em 2018, a média de consumos de gasóleo na frota interurbana foi de 58,91 L/100km, portanto diminuiu 0,8%, quando comparado com o ano anterior, 59,37 L/100km.

Na frota de alugueres, também se verificou uma diminuição de 4,1 % de 52,83 L/100km, em 2017, para 50,68 L/100Km, em 2018.

<b>Serviço Interurbano</b>									
	2018			2017			2016		
Grupo de Frota	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.
<b>TOTAL</b>	<b>1.494.984</b>	<b>880.684</b>	<b>58,91</b>	<b>1.508.016</b>	<b>895.352</b>	<b>59,37</b>	<b>1.470.631</b>	<b>859.904</b>	<b>58,47</b>

<b>Alugueres</b>									
	2018			2017			2016		
Grupo de Frota	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.
<b>TOTAL</b>	<b>263.781</b>	<b>133.691,82</b>	<b>50,68</b>	<b>275.892</b>	<b>145.757,30</b>	<b>52,83</b>	<b>368.467</b>	<b>201.340,34</b>	<b>54,64</b>

<b>TOTAL SG</b>	<b>1.758.765</b>	<b>1.014.376</b>	<b>57,68</b>	<b>1.783.908</b>	<b>1.041.109</b>	<b>58,36</b>	<b>1.839.098</b>	<b>1.061.245</b>	<b>57,70</b>
-----------------	------------------	------------------	--------------	------------------	------------------	--------------	------------------	------------------	--------------

Ano	Serviço Interurbano		Serviço Alugueres	
	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]
<b>2015</b>	1.521.656	886.542,16	364.058	191.989,33
<b>2016</b>	1.470.631	859.904,44	368.467	201.340,34
<b>2017</b>	1.530.662	909.446,85	253.246	131.662,93
<b>2018</b>	1.494.984	880.683,94	263.781	133.691,82

<b>São Gonçalo</b>		
Ano	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]
<b>2015</b>	1.885.714	1.078.531
<b>2016</b>	1.839.098	1.061.245
<b>2017</b>	1.783.908	1.041.110
<b>2018</b>	1.758.765	1.014.376

### **Inspeções Periódicas**

A frota de 88 autocarros foi sujeita a 161 inspeções, o que dá uma média de 1,83 inspeção por autocarro, e, cujo custo total rondou os 6.995,52 euros, ou seja, 79,49 euros por autocarro. Houve uma ligeira diminuição de 8%, em relação ao ano anterior, devido à imobilização de vários autocarros da CCSG por longos períodos.

### **Limpeza e lavagens dos autocarros**

O número de limpezas e lavagens realizadas nas viaturas da interurbana, foram de 6.101 e nas viaturas de aluguer de 4.039. Em termos médios, cada autocarro da carreira regular foi alvo de 103 lavagens e limpezas, enquanto que nos autocarros de aluguer este valor foi de 139 por viatura de aluguer.

## **1.3 APROVISIONAMENTOS**

A CCSG, no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2018, a CCSG aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 33/2018 de 15 de maio, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações dadas pelo Decreto Legislativo Regional nº 12/2018/M, de 6 de agosto.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea a) do nº 3 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário, e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A CCSG não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final nomeadamente serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a Lusitânia Seguros, SA.

## Investimentos

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos, pois previa-se que o concurso para exploração da rede interurbana ocorresse em 2018. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2018.

# 1.4 RECURSOS HUMANOS

## Efetivo

O número de colaboradores ao serviço, na CCSG, a 31 de dezembro de 2018, era de 68., no exercício anterior era de 67.

Verificou-se 4 saídas de motoristas pelos seguintes motivos:

- 2 Transferências para a Horários do Funchal
- 1 Pedido de demissão
- 1 Reforma

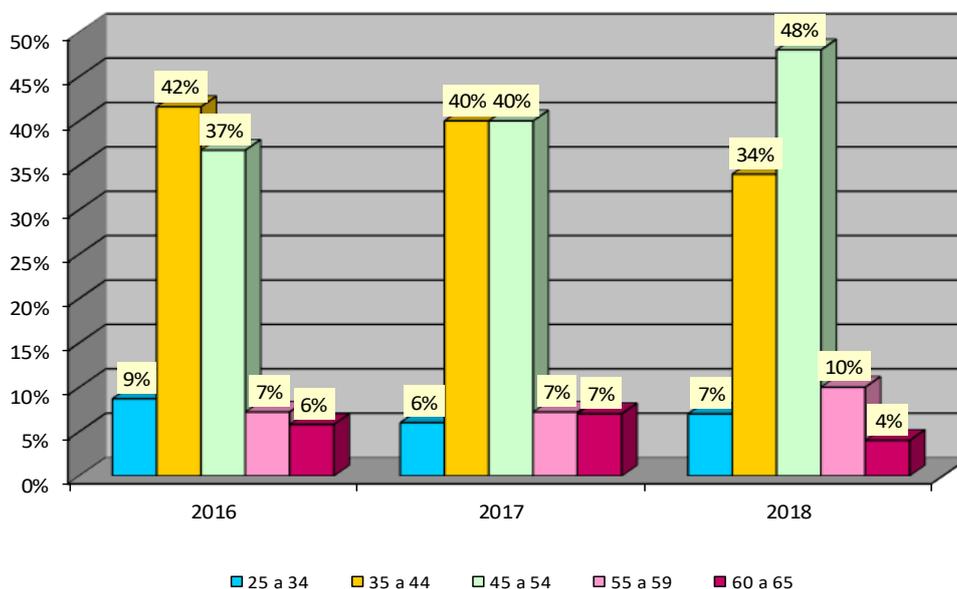
Neste mesmo ano, verificou-se a entrada de 5 motoristas, 1 por transferência e 4 por novas admissões.

		31 Dez. 2016	31 Dez. 2017	31 Dez. 2018	
Administrativos	Chefias	1	1	1	
	Outros	1	1	1	
Oficinas			0	0	
Exploração	Motoristas	65	63	63	
	Fiscais	0	0	0	
	Outros	Formador	0	0	1
		Expedidor	2	2	2
<b>Total</b>		<b>69</b>	<b>67</b>	<b>68</b>	

**Nota:** Durante o ano de 2018 verificou-se 4 situações de baixas de longa duração (mais de 6 meses).

### Nível Etário

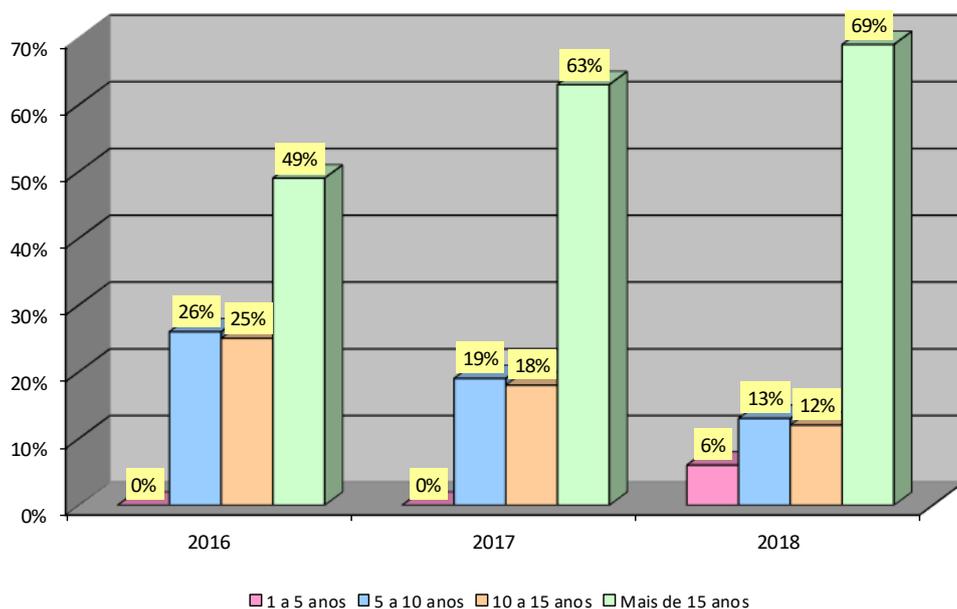
A idade média dos trabalhadores, situou-se nos 46 anos.



### Nível de Antiguidade

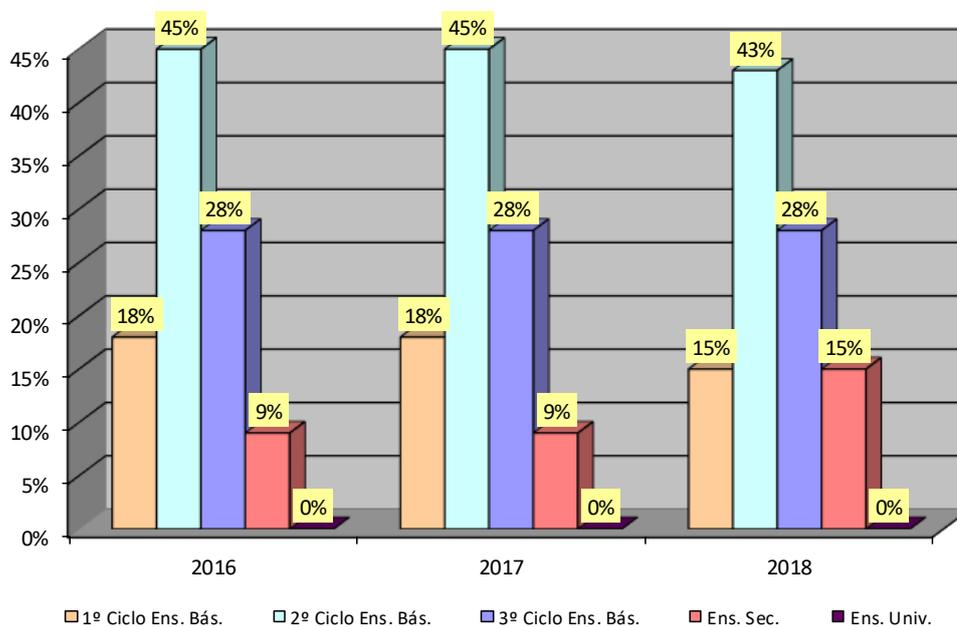
O nível de Antiguidade da empresa está repartido na seguinte forma:

- 69% trabalhadores têm mais de 15 anos de antiguidade;
- 12% trabalhadores estão entre os 10 e os 15 anos;
- 13% dos trabalhadores estão entre os 5 a 10 anos;
- 6% dos colaboradores têm menos de 5 anos de antiguidade.



## Nível de Habilitações

O nível de Habilitações dos profissionais da empresa esta repartido na seguinte forma:

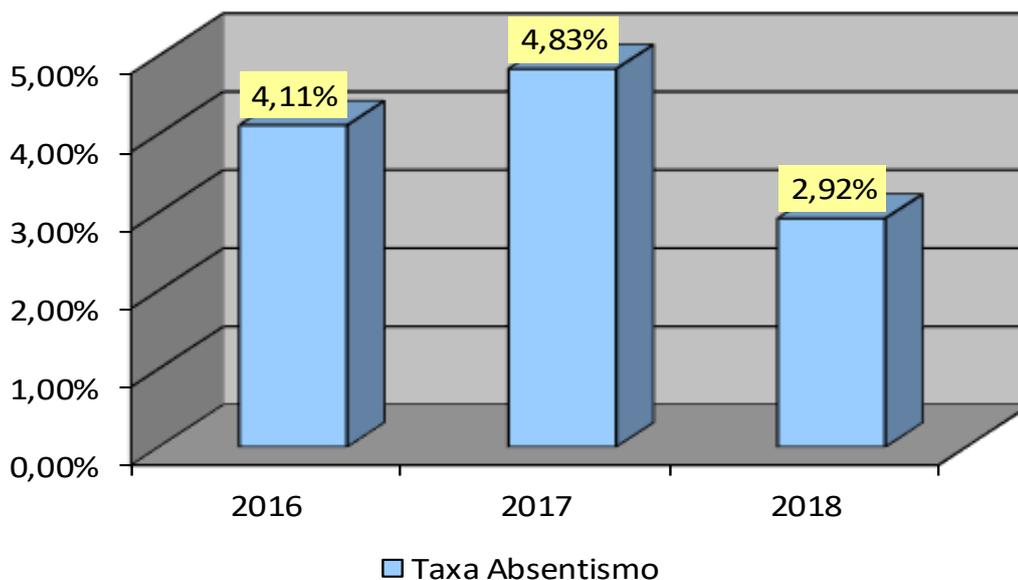


Estrutura de níveis de habilitação do pessoal ao serviço em 31 de Janeiro	Homens	Mulheres	Total
Inferior ao 1. ciclo do ensino básico	0	0	0
1. ciclo do ensino básico	11	0	11
2. ciclo do ensino básico	31	0	32
3. ciclo do ensino básico	18	0	18
Ensino secundário	6	1	7
Ensino superior de índole profissional	0	0	0
Ensino superior politécnico	0	0	0
Ensino superior universitário	0	0	0
Outros	0	0	0

### Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo, em 2018, foi de 2,92%, registando um decréscimo, quando comparado com o ano de 2017.

Como referido anteriormente no final de 2018, existiam 4 situações de motoristas em situação de baixa com mais de seis meses.



### CLASSIFICAÇÃO DE ABSENTISMO 2016 / 2018

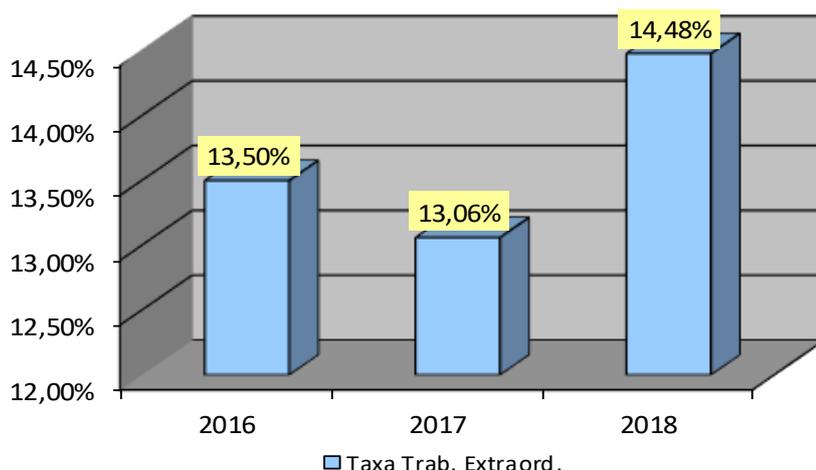
Unidade: Horas

Faltas	C/ vencim ento	Var.	S/ vencim ento	Var.	Injustific adas	Var.	Baixa/Do ença	Var.	Castigo	Var.	Lic. S/ vencim ento	Total Horas	Var.
2016	1699	-4,8%	2140	242,9%	60	200,0%	1358	-8,9%	8	-86,2%	0	5265	32,4%
2017	1926	11,8%	2302	7,0%	104	42,3%	1556	12,7%	40	80,0%	167	6095	13,6%
2018	1757	-9,6%	1856	-24,0%	45	-131,1%	6462	75,9%	0	0,0%	0	10120	39,8%

Potencial máximo anual de horas trabalhadas: 125.296 horas anuais (sem faltas, sem baixas)

### Trabalho Suplementar

No presente ano, a taxa de trabalho extraordinário, situou-se nos 14,48%.



Horas Extras	2016		2017				2018			
	Rodov.	Administ.	Rodov.		Administ.		Rodov.		Administ.	
Remuneração	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas.	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas	Nº Horas
TOTAL	17.184,75	260,00	16.240,50	-5,5%	245,00	-0,1%	17.870,50	10,0%	272,00	11,0%
TOTAL ACUM.	17.444,75		16.485,50				18.142,50			

Unidades: Horas

A principal razão para o aumento da taxa de trabalho extraordinário, deve-se ao aumento do número de baixas, mais 39% do que no ano anterior, o que fez com que os outros trabalhadores tivessem de fazer horas extras para compensar as mesmas.

### Custos com o pessoal

	2016	2017	Var.	2018	Var.
Horas Extras	72.336,15	81.725,00	12,9%	93.166,54	14,0%
Total Abonos	1.491.113,73	1.491.113,73	0,0%	1.521.591,30	2,0%

Unidade: Euros

No ano de 2018, e devido a atualização do valor de diuturnidades, o custo foi de 53.631,55 euros, o que representou um aumento de 52,3%, quando comparado a 2017.

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Dando continuidade à legislação em vigor, foi realizado este ano a formação de Certificado Aptidão Motoristas, CAM, a 19 motoristas.

Em 2018, verificou-se a admissão de 4 motoristas, tendo sido administrada a sua formação inicial, num total de 640 horas, na Rede Interurbana.

	2016	2017	VAR.	2018	VAR.
Número de Cursos	7	4	-42,9%	6	50,0%
Número de Formandos	15	35	133,3%	30	-14,3%
Número de Horas Formação	300	1105	268,3%	1329	20,3%
Cursos/Horas	2016	2017	VAR.	2018	VAR.
Formação CAM Contínuo (Horas)	245	980	300,0%	665	-32,1%
Formação Inicial (Horas)	0	0	0,0%	640	100%
Formação Técnica / Condução Defensiva (Horas)	24	125	420,8%	16	-87,2%
Higiene Segurança Trabalho (Horas)	31	0	-100%	8	100%

### Disciplina

Durante o ano de 2018, foram instaurados 3 novos processos disciplinares a motoristas, dos quais 1 transitou para 2019.

Dos 2 processos concluídos, em ambas as ocorrências resultaram em sanção disciplinar e a repreensão ficou registada.

Abaixo, quadro com a evolução de processos desde 2016:

PROCESSOS DISCIPLINARES						
	2016	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
P. Disciplinares	4	2	-50,0%	3	1	50,0%

### Saúde

No ano 2018, foram realizados 48 exames médicos, dos quais, 44 periódicos e 4 exames médicos admissão, cumprindo-se com a Legislação Laboral.

Abaixo, quadro com evolução dos números de exames desde 2016:

EXAMES MÉDICOS						
	2016	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
N.º de Exames Médicos	253	431	70,4%	48	178	-88,9%
Exames Periódicos	0	254	100,0%	44	254	-82,7%
Exames Ocasionais	777	175	-77,5%	0	-175	0,0%

### Acidentes de Trabalho

Em 2018, registaram-se 2 ocorrências, levando às seguintes implicações no número de dias de baixa, 13 dias.

Acidentes de Trabalho						
	2016	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Acidentes de Trabalho	2	1	-50,00%	2	1	100,0%
Dias de Baixa	369	11	-97,00%	13	2	18,2%

### Álcool testes

Ao observarmos o quadro verificamos que o número de controlos positivos desceu consideravelmente, mas, mas é preciso salientar que o número de testes efetuados também foi muito menor.

TESTES DE ÁLCOOL						
	2016	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Testes de Álcool	1981	3455	74,40%	931	-2524	-73,1%
Controlos Positivos	16	11	-31,30%	2	-9	-81,8%

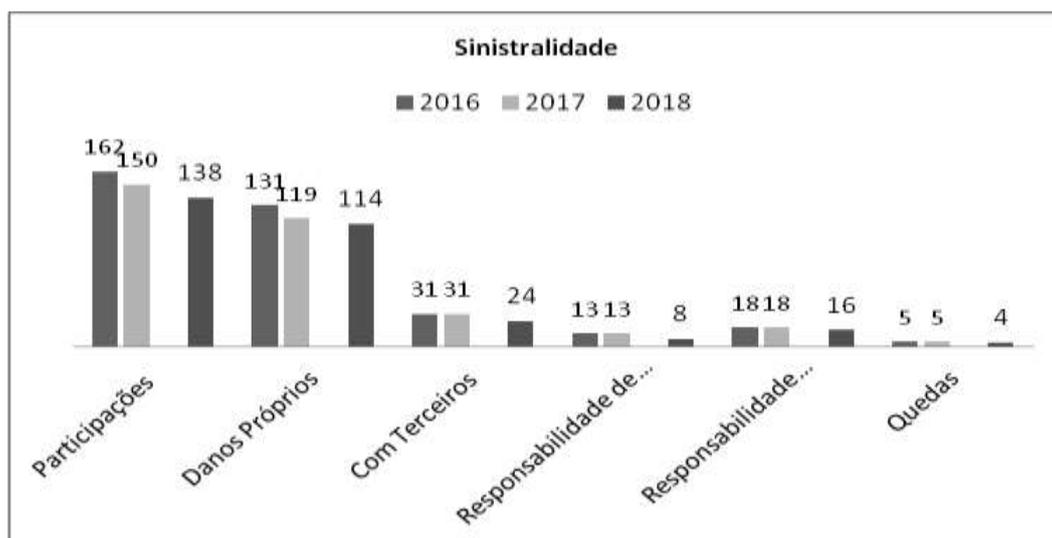
### Sinistralidade

Na análise efetuada ao quadro de sinistralidade, verifica-se que o número total de participações desceu em 2018, e, o número de sinistros em que envolve viaturas de terceiros também reduziu, mais precisamente em 7 ocorrências. Foram participados à Companhia de Seguros, menos 2 ocorrências.

Por outro lado, dos 24 acidentes com terceiros, 16 foram de responsabilidade própria.

Por último, como fator de preocupação, temos a ocorrência de 4 quedas de passageiros.

SINISTRALIDADE						
	2016	2017	2017/2016	2018	2018-2017	2018/2017
Participações	162	150	-7,4%	138	-12	-8,0%
Danos Próprios	131	119	-9,2%	114	-5	-4,2%
Com Terceiros	31	31	0,0%	24	-7	-22,6%
Responsabilidade de 3º	13	13	0,0%	8	-5	-38,5%
Responsabilidade CCSG	18	18	0,0%	16	-2	-11,1%
Quedas	5	5	0,0%	4	-1	-20,0%



#### Acompanhamento de peritagens e orçamentação de sinistros

No ano de 2018, realizaram-se 7 peritagens perfazendo um total de 3.367,04 euros.

Ao longo do ano de 2018, e comparativamente ao ano anterior, os indicadores das peritagens evoluíram da seguinte forma.

	2017	2018	2018/2017
Peritagens realizadas	4	7	75,0%
Valor orçamentado (€)	3.444,01	3.683,06	6,9%
Valor realizado	3.330,92	3.367,04	1,08%

## 1.5 TECNOLOGIA

#### Desenvolvimento e Manutenção de Software

Em 2018, procedemos à migração dos processos de negócio do ERP alojado no sistema iSeries AS400 Power 5, para o Power 8, devido à obsolescência tecnológica do equipamento.

Reestruturámos processos e renovámos o sistema de Reporting, utilizando abordagens tecnológicas e/ou técnicas mais recentes, tais como a ETL (Extract, transform, load), recorrendo a ferramentas Open Source. Estas alterações permitiram reduzir drasticamente a quantidade de mapas e/ou relatórios existentes, e ao mesmo tempo adaptar os sistemas internos ao RGPD.

Iniciámos um projeto piloto referente ao sistema de apoio à exploração (SAE), e, de venda a bordo, restringido a duas carreiras (81 e 103), onde unificámos processos de bilhética

simplificados com operações explícitas de um sistema SAE, permitindo ao pessoal tripulante utilizar um único equipamento (consola). O piloto foi concluído em 2018 com uma alta taxa de satisfação.

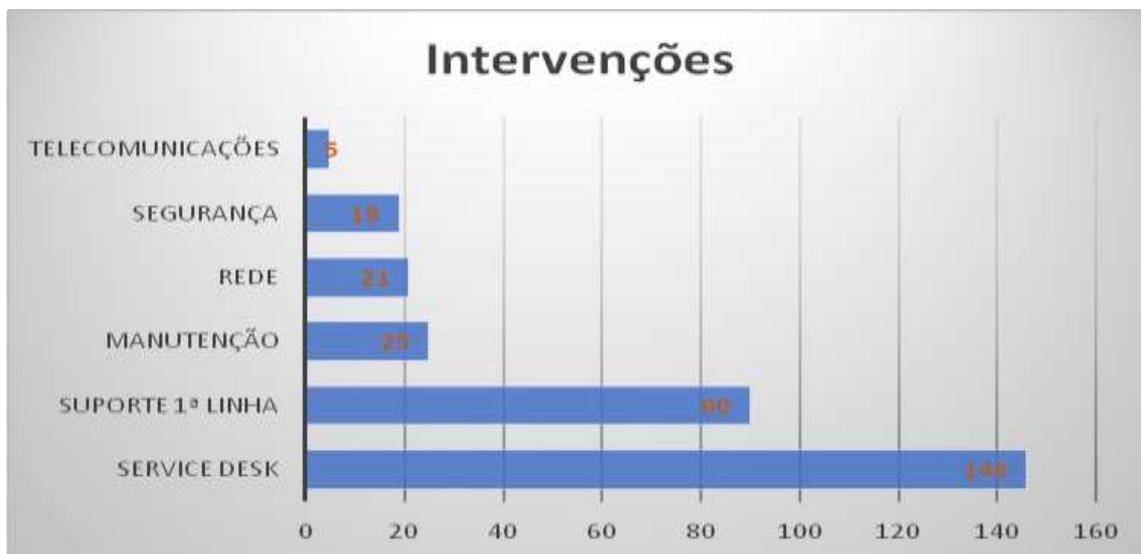
### Alojamento e Administração de Sistemas

Neste domínio as tarefas relacionam-se com a análise do comportamento da rede, dos sistemas operativos de rede, dos sistemas de base de dados, hardware de servidores, sistema de correio, atualizações de software.

### Suporte Técnico

Em 2018, continuou-se com a gestão do parque informático, a manutenção de equipamentos, e apoio aos utilizadores, com a continuação das atividades correntes de gestão e manutenção do sistema (Service Desk), que contém as características técnicas do equipamento informático e respetivo software existente na CCSG.

Durante o ano de 2018, foram solicitados 306 pedidos de suporte técnico, distribuídos pelas equipas especializadas de acordo com o gráfico seguinte:



### Sistema de ajuda à exploração e Informação aos passageiros (Saeip)

Visando a redução das anomalias e o encurtamento do tempo de intervenção, decidimos iniciar um plano estratégico de renovação de competências internas, recorrendo a estágio profissional de um Engenheiro em Eletrotécnico pelo período de 12 meses.

Verificou-se um pequeno decréscimo do número de anomalias, e principalmente um acentuado decréscimo no tempo de intervenção. O tempo médio entre avarias foi reduzido em 12%.

Foi feito o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados em parceria com a empresa TECMIC.

### **Bilhética**

Verificou-se, em 2018, que relativamente ao ano de 2017, houve um aparente aumento do número de anomalias motivado pelo envelhecimento dos equipamentos embarcados. Cada vez mais é difícil encontrar peças de substituição, devido sobre tudo, à obsolescência tecnológica, pois muitas das peças de substituição não são fabricadas.

Foram realizadas várias otimizações aos processos do sistema de bilhética, merecendo destaque as seguintes:

- Otimização no sistema de prestação de contas do caixa local;
- Introdução do passe Sub23;
- Reprogramação do sistema de faturação dando cumprimento as diretivas da AT;

### **Atividades não planeadas**

Devido à dinâmica da empresa, existe uma série de atividades que surgem de forma inesperada, que apesar de não serem planeadas, tem a conotação e grau de importância que merecem atenção e destaque. No ano de 2018 foram estas as atividades que merecem serem mencionadas:

- Aplicação regulamento de proteção de dados (RGPD);
- Ações de formação interna dando cumprimento ao RGPD em colaboração com o Gabinete Jurídico;

Implementação de aplicação de faturação em *Cloud*, visando alternativas a faturação eletrónica, gestão de conta corrente, pagamentos e controlo de tesouraria. Esta opção permitiu-nos abandonar o sistema de faturação de alugueres, que devido as constantes alterações da AT, desviava constantemente recursos humanos que poderiam estar alocados a outras atividades.

## 1.6 COMUNICAÇÃO E MARKETING

Sendo uma das necessidades primárias da CCSG, a satisfação do cliente, foi neste sentido que a comunicação e marketing se focalizou para atrair e influenciar o cliente na sua mobilidade, através das seguintes atividades:

- Interação/comunicação com os diferentes tipos de clientes e público em geral, tomando em consideração as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação;
- Visibilidade e notoriedade da CCSG, através da divulgação da sua atividade, do empenho dos colaboradores, dos serviços oferecidos e dos projetos desenvolvidos;
- Melhoria na informação ao público no que diz respeito às alterações relacionadas com a oferta do serviço de transporte público, assim como na divulgação de pacotes promocionais, recorrendo às novas ferramentas tecnológicas (facebook);
- Publicidade institucional e venda de espaços a terceiros para publicitarem os seus produtos nos nossos autocarros;
- Celebradas parcerias comerciais com empresas da Região de modo a que os funcionários tenham desconto nas mesmas;

## 1.7 COMERCIAL

A venda de espaços publicitários manteve-se em relação ao ano anterior, embora só fosse realizada uma única campanha em cada exercício.

## 1.8 JURÍDICA

### Contratação Pública

Nesta área o GJ, auxiliou o Departamento de Aprovisionamentos (DAP), acompanhando e analisando procedimentos no âmbito da contratação pública, a saber:

Revisão e acompanhamentos dos contratos públicos
Objeto do procedimento / concurso
Seguros CCSG

Aquisição serviços de desinfestação e controlo de pragas

Reparação dos sistemas de ar condicionado das viaturas pesadas de passageiros.

#### **Protocolos Celebrados:**

Durante o ano, foram celebrados 4 Protocolos com entidades terceiras, com a colaboração do Gabinete Comercial e do Gabinete de Estudos e Planeamento, sempre sob a supervisão e prévia aprovação do Conselho de Administração tendo por base distintas finalidades que abaixo se especificam:

#### **Finalidades dos Protocolos:**

- ❖ Descontos para os colaboradores em serviços de veterinária
- ❖ Venda de título de transportes
- ❖ Proporcionar melhores condições na aquisição de imóveis aos seus clientes e trabalhadores
- ❖ Publicidade
- ❖ Descontos colaboradores/clientes
- ❖ Descontos em sessões de fisioterapia

## 1.9 ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido deste exercício é negativo, no valor de 139.361,64 euros, enquanto que no período homólogo foi negativo em 88.498,16 euros. A principal razão, foi o efeito conjugado de uma descida acentuada nas prestações de serviço de aluguer de autocarros, em 16 mil euros e de 166 mil euros no serviço regular de carreiras de serviço público, quando comparado com igual período do ano anterior. É importante também referir que a indemnização compensatória também foi menor em 59 mil euros.

No primeiro caso, serviço de aluguer, o principal motivo desta descida deve-se, à redução de clientes que alegam que a idade média da frota está acima daquela que o Mercado exige e a concorrência oferece.

No que se refere ao serviço regular das carreiras, a causa é a desertificação das zonas rurais pela emigração das suas populações, diminuindo, desta forma, a procura.

Para uma melhor apreciação dos resultados atingidos em 2018, apresenta-se, o seguinte quadro sobre a estrutura dos custos e proveitos por tipologia de serviço, que a CCSG prestou aos seus clientes de serviço público de passageiros e clientes de serviços de aluguer.

	S. Interurbano			S. Turismo			Total		
	Var.	2018	2017	Var.	2018	2017	Var.	2018	2017
<b>Gastos e perdas</b>									
Gastos pessoal	2%	1.337.917,59	1.306.434,67	-7%	177.591,25	190.880,35	1%	1.515.508,84	1.497.315,02
Forn. Serv. Externos - Comb.	8%	813.193,85	754.608,90	-10%	123.556,56	137.619,67	5%	936.750,41	892.228,57
Forn. serv. Externos - Outros	-22%	731.519,01	943.487,97	46%	594.938,39	407.130,31	-2%	1.326.457,40	1.350.618,28
Gastos dep. Amortizações	-24%	165.792,58	217.859,67	-16%	20.627,31	24.415,18	-23%	186.419,89	242.274,85
Gastos e perdas financiamento	100%	2,78		100%	2,77		100%	5,55	0
Restantes gastos e perdas	-74%	9.897,91	38.344,88	54%	4.999,17	3.253,44	-64%	14.897,08	41.598,32
<b>Total</b>	-6%	3.058.323,72	3.260.736,09	21%	921.715,45	763.298,95	-1%	3.980.039,17	4.024.035,04
<b>Rendimentos e ganhos</b>									
Prestação de serviços	-2%	2.353.067,74	2.399.660,46	-4%	668.618,41	699.171,90	-2%	3.021.686,15	3.098.832,36
Ind. Compensatória - RAM	-7%	763.942,46	823.938,57	0%	0	0	-7%	763.942,46	823.938,57
Restantes rend. e ganhos	770%	37.542,49	4.313,40	107%	17.516,43	8.466,63	331%	55.058,92	12.780,03
<b>Total</b>	-2%	3.154.552,69	3.227.912,43	-3%	686.134,84	707.638,53	-2%	3.840.687,53	3.935.550,96
<b>Resultado antes impostos</b>	393%	96.228,97	-32.823,66	-323%	-235.580,61	-55.660,42	-57%	-139.351,64	-88.484,08

Foi estimado, o valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no montante de 10,00 euros para 2018, sendo que no ano anterior, este valor situou-se nos 14,08 euros.

Os dois serviços que compõem a atividade da CCSG apresentam os seguintes resultados, antes de impostos:

- No Serviço Interurbano, o valor é de 96 mil euros positivos, sendo que este valor em 2017 foi negativo no valor de 32 mil euros;
- No Serviço de alugueres, o valor é negativo em 235 mil euros, tal como no ano anterior, 55 mil euros negativos.

Da análise efetuada, verifica-se que embora os resultados sejam negativos, o EBITDA é positivo em 47 mil euros, mas inferior quando comparado com 2017, que ascendeu a um valor de 153 mil euros.

## Na Rubrica de Gastos

### Reduções com efeitos positivos nos Resultados:

Nos gastos/reversões de depreciação, 56 mil euros, embora sem qualquer relevo, verificam-se que o ativo fixo, mais especificamente, viaturas, encontra-se totalmente amortizado, por esgotamento da vida útil contabilística, exceção feita aos órgãos de substituição que aumentando a vida útil, contribuem para o seu bom funcionamento.

**Aumentos com efeitos negativos nos Resultados:**

- Nos Fornecimentos e Serviços Externos, houve um acréscimo de custos de 1,20%, 26 mil euros, sendo o gasóleo, os trabalhos especializados, as lavagens de viaturas, publicidade e propaganda, material de escritório, outros fluidos e a vigilância e segurança, as principais rubricas que contribuíram para este aumento;
- Nos gastos com o pessoal, um aumento de 18 mil euros. Releva-se o pagamento pela primeira vez do subsídio de insularidade, o aumento salarial registado neste exercício em 1,5 % e o aumento do número de trabalhadores de 67 para 68;
- Nas imparidades de dívidas a receber, 48 mil euros;
- O aumento do CMVMC, devido a compra de fardamentos suplementares.

**Na Rubrica dos Rendimentos**

**Reduções com efeitos negativos nos Resultados:**

Nas prestações de serviços, menos 77 mil euros que no ano anterior, distribuído pelos seguintes serviços:

- No serviço interurbano, no valor aproximado de 59 mil euros, sendo justificado pela redução da venda dos bilhetes a bordo;
- No serviço de aluguer/ turismo, menos 18 mil euros.

## INDICADORES DO BALANÇO

DESCRIÇÃO	2018/2017	2018	2017/2016	2017	2016
Activo não corrente	-3%	1.988.828,95	-4%	2.068.267,88	2.156.000,57
Activo corrente	-17%	2.048.871,96	-11%	2.478.732,28	2.786.345,10
Diferimentos activos	1842%	48.119,78	-94%	2.478,25	41.542,36
Caixa e depósitos bancários	-57%	115.493,72	86%	267.476,05	144.010,62
Total do activo	-11%	4.037.700,91	-8%	4.547.020,16	4.942.345,67
Capital realizado	0%	5.000.000,00	0%	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital próprio	-5%	2.722.698,70	-3%	2.862.060,34	2.950.558,50
Passivo	-22%	1.315.002,21	-15%	1.684.959,82	1.991.787,17
Diferimentos passivos	-10%	49.678,56	-3%	55.309,63	57.206,72
Vendas Prestações de serviços	-2%	3.021.686,15	-6%	3.098.832,36	3.296.155,11
Resultados operacionais	57%	-139.351,64	-219%	-88.484,80	74.631,08
Resultados antes de impostos	57%	-139.351,64	-219%	-88.484,80	74.631,08
Imposto s/ o rend. exercício	-29%	-10,00	-99%	-14,08	-5.141,56
Resultado líquido do exercício	57%	-139.361,64	-227%	-88.498,16	69.489,52

## **INVESTIMENTOS**

Neste exercício, a CCSG investiu 78.967,70 euros dos quais, 78.121,18 euros em órgãos de substituição de viaturas, e, 846,52 euros em ativos fixos tangíveis em curso.

## **DESINVESTIMENTO**

Em equipamento básico, regista o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 42 mil euros, e de 2 mil euros em equipamento administrativo.

## **CAPITAL PRÓPRIO**

O Capital Próprio da sociedade, no final deste exercício, foi no montante de 2.722.698,70 euros, menos do que no ano anterior. A diferença explica-se pelos resultados líquidos negativos verificados neste ano.

## **FINANCIAMENTO**

Não foi necessário recorrer a qualquer tipo de financiamento.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

O tarifário durante o ano de 2019, mais concretamente a partir do dia 1 de Abril de 2019, e segundo decisão do Governo Regional da Madeira, irá ser alterado de modo a proporcionar aos clientes da CCSG uma maior e melhor mobilidade como também, uma poupança de rendimento mensal que permitirá às famílias madeirenses investir noutros produtos ou serviços.

A alteração do tarifário, em conjunto com a renovação da frota, quer interurbana quer de autocarros de turismo, dá-nos esperança num futuro melhor para a empresa, mesmo estando pendente a realização do concurso público internacional para a concessão do transporte público da rede interurbana da RAM, conforme estipula o novo regime jurídico do serviço de transporte público.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de 139.361,64 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 28 de março de 2019

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Susana Maria Florença Pinto Correia

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

## 2. CONTAS DO EXERCÍCIO

### Balanço

Rubricas	Notas	Exercício	
		2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	1.960.104,71	2.068.287,88
Outras investimentos financeiros		89,28	
Estado e outros entes públicos	9	28.634,96	
		<b>1.988.828,95</b>	<b>2.068.287,88</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1.318,62	1.212,24
Activos Biológicos			
Clientes	8	924.921,40	1.088.188,44
Adiantamentos a fornecedores	17	64,99	27,30
Estado e outros entes públicos	9	245.341,14	311.583,00
Accionistas / sócios			
Outros créditos a receber	10	713.612,31	807.767,00
Diferimentos	11	48.119,78	2.478,25
Caixa e depósitos bancários	4	115.493,72	267.476,05
		<b>2.048.871,96</b>	<b>2.478.732,28</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>4.037.700,91</b>	<b>4.547.020,16</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	5.000.000,00	5.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	2.700.000,00	2.700.000,00
Reservas legais	14	59.358,27	59.358,27
Resultados transitados	15	-4.897.297,93	-4.808.799,77
Resultado líquido do período		<b>-139.361,64</b>	<b>-88.498,16</b>
Interesses que não controlam			
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>2.722.698,70</b>	<b>2.862.060,34</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	781.467,97	951.204,72
Adiantamentos de clientes		4.260,04	
Estado e outros entes públicos	9	47.846,51	36.990,68
Outras dívidas a pagar	16	431.749,13	641.454,79
Diferimentos	11	49.678,56	55.309,63
Passivos financeiros detidos para negociação			
		<b>1.315.002,21</b>	<b>1.684.959,82</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.315.002,21</b>	<b>1.684.959,82</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>4.037.700,91</b>	<b>4.547.020,16</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	18	3.021.686,15	3.098.832,36
Subsídios à exploração	10 e 19	763.942,46	823.938,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-8.406,87	-6.543,44
Fornecimentos e serviços externos	20	-2.263.207,80	-2.236.303,41
Gastos com pessoal	21	-1.515.508,84	-1.497.315,02
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	8 e 9	48.186,20	-23.084,17
Outros rendimentos e ganhos	22	6.778,72	10.341,30
Outros gastos e perdas	23	-6.401,77	-16.075,42
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>47.068,25</b>	<b>153.790,77</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 24	-186.419,89	-242.274,85
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-139.351,64</b>	<b>-88.484,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-139.351,64</b>	<b>-88.484,08</b>
Imposto sobre rendimento do período	8	-10,00	-14,08
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-139.361,64</b>	<b>-88.498,16</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Exercícios	
	2018	2017
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	3.352.612,92	3.034.575,98
Pagamento a Fornecedores	-3.014.906,53	-3.034.596,52
Pagamentos ao Pessoal	-892.948,02	-863.113,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-555.241,63	-863.133,74
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-6.482,17	-11.180,27
Outros Recebimentos / Pagamentos	648.233,66	1.202.184,26
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>86.509,86</b>	<b>327.870,25</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-238.481,49	-204.404,82
<b>Recebimentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis		
Juros e Rendimentos similares		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-238.481,49</b>	<b>-204.404,82</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento Obtidos		
Real. Capital e Out. Instrumentos Capital Próprio		
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamento Obtidos		
Juros e Gastos Similares	-10,70	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-10,70</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-151.982,33</b>	<b>123.465,43</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	267.476,05	144.010,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	115.493,72	267.476,05

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstrações de Capital Próprio

<b>Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017</b>								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>Posição no Início do Período 2016</b>		5.000.000,00	2.700.000,00	55.883,80	(4.874.814,82)	-	69.489,52	2.950.558,50
<b>Alterações no Período</b>								
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 16							
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do período	16			3.474,47	66.015,05		(69.489,52)	-
				3.474,47	66.015,05		(69.489,52)	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>							(88.498,16)	(88.498,16)
<b>Resultado integral</b>							(157.987,68)	(157.987,68)
Outras operações	14							
<b>Posição no Fim do Período 2017</b>		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	(4.808.799,77)	-	(88.498,16)	2.862.060,34
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração				

<b>Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018</b>								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>Posição no Início do Período 2017</b>		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	(4.808.799,77)	-	(88.498,16)	2.862.060,34
<b>Alterações no Período</b>								
Aplicação do resultado líquido do período	16				(88.498,16)		88.498,16	-
					(88.498,16)		88.498,16	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>							(139.361,64)	(139.361,64)
<b>Resultado integral</b>							(50.863,48)	(50.863,48)
<b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>								
Realizações de capital								
Outras operações	14							
<b>Posição no Fim do Período 2018</b>		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	(4.897.297,93)	-	(139.361,64)	2.722.698,70
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração				

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

### 1 Nota Introdutória

#### 1.1 Identificação da Entidade

##### 1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

##### 1.1.2 Objeto e Finalidade

Exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

##### 1.1.3 Sede

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

##### 1.1.4 Designação da Empresa Mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do

Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

### **1.1.5 Sede da Empresa Mãe**

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa, 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 28 de Março de 2019, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

## **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, exceção feita aos bens do equipamento

básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações /manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da CCSG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização

Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<b>Tipo de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### **Direitos de concessão**

Foi publicado no JORAM II Série, Nº 221, o Despacho Nº 507/2017, de 29 de dezembro, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por um período adicional de sete meses até 31 de Julho de 2018, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horário e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigoravam a 31 de dezembro de 2017.

Foi igualmente publicado no JORAM, II Série, Nº 113, de 31 de julho, o Despacho Nº 246/2018, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por um período adicional de dezassete meses até 31 de dezembro de 2019, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horário e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigoravam a 31 de julho de 2018.

#### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF Nº 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

#### **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### **Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Ativos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de março de 2019 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 26).

#### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em, ou após de 1 de janeiro de 2014, até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em, ou após de 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

#### **Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória**

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017, há que referir o seguinte:

Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;

Que após o apuramento final, o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior ou inferior a 15% do montante concedido, referente ao ano anterior, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;

Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se às empresas que tenham reduções em detrimento das demais;

Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

#### **Vidas úteis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Além deste enquadramento, temos a adenda ao contrato de concessão, assinada em 2018, publicada no Joram, II Série, Nº 113, de 31 de Julho, o Despacho Nº 246/2018, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por um período adicional de dezassete meses até 31 de Dezembro de 2019, mantendo tais títulos e operadores os

mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horário e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigoravam a 31 de julho de 2018.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## 4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

**Unidade: Euros**

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Montepio	3.275,69	3.468,63
Banco Novo	37.312,82	42.451,83
BIC	36.330,94	16.100,03
Caixa Geral de Depositos	21.472,70	183.108,61
Millenium BCP	15.801,57	21.046,95
IGCP	300,00	300,00
	<b>115.493,72</b>	<b>267.476,05</b>

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	392.884,00	392.884,00
Edifícios e outras construções	1.408.087,86	1.408.087,86
Equipamento básico	9.763.553,84	9.727.783,50
Equipamento administrativo	43.429,07	45.832,36
Ativos fixos tangíveis (em curso)	846,52	
Outros activos fixos tangíveis	21.724,15	21.724,15
	<b>11.630.525,44</b>	<b>11.596.311,87</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-186.419,89	-242.274,85
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-9.484.000,84	-9.285.749,14
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	<b>-9.670.420,73</b>	<b>-9.528.023,99</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.960.104,71</b>	<b>2.068.287,88</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2018, são analisados como se segue:

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo inicial	Adições	Abates/alien.	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>				
Terrenos e recursos naturais	392.884,00			392.884,00
Edifícios e outras construções	1.408.087,86			1.408.087,86
Equipamento básico	9.727.783,50	78.121,18	-42.350,84	9.763.553,84
Equipamento de transporte	0,00			
Equipamento administrativo	45.832,36		-2.403,29	43.429,07
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis	21.724,15			21.724,15
Ativos fixos tangíveis (em curso)		846,52		846,52
Adiant. p/ c/ de investimentos				
	<b>11.596.311,87</b>	<b>78.967,70</b>	<b>-44.754,13</b>	<b>11.630.525,44</b>
<b>Depreciação acum e imparidade</b>				
Terrenos e recursos naturais	-3,95			-3,95
Edifícios e outras construções	-85.422,38	-37.846,56		-123.268,94
Equipamento básico	-9.379.337,35	-147.919,93	42.350,84	-9.484.906,44
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	-41.536,16	-653,40	1.672,31	-40.517,25
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis	-21.724,15			-21.724,15
	<b>-9.528.023,99</b>	<b>-186.419,89</b>	<b>44.023,15</b>	<b>-9.670.420,73</b>
<b>Total</b>	<b>2.068.287,88</b>			<b>1.960.104,71</b>

**Nas adições:**

Em equipamento básico, correspondem essencialmente a reparações efetuadas em órgãos de substituição de viaturas, 78 mil euros que por sua vez, deram lugar ao abate dos respetivos órgãos de substituídos. No ano anterior, foi no montante de 161 mil euros, sendo 152 mil euros na reparação de órgãos de substituição e 9 mil euros em impressoras para a venda a bordo de viaturas.

**Nos abates/alienações:**

Em equipamento básico, regista o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 42 mil euros, e de 2 mil euros em equipamento administrativo. No ano anterior, registou o abate de 10 viaturas pesadas para passageiros, de órgãos de substituição de viaturas e de outros equipamentos de bordo, no valor de 593 mil euros, de 137 mil euros e de 7 mil euros respetivamente.

**Nas depreciações:**

Em edifícios e outras construções refere-se à estação da Camacha;

Em equipamento básico, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

A variação nos gastos/reversões de depreciação e de amortização, 56 mil euros, refere-se essencialmente a órgãos de substituição de viaturas, atendendo que o ativo fixo tangível, viaturas, encontra-se praticamente amortizado por esgotamento da vida útil.

## **7 Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício, no valor de 10,00 euros, refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais. No ano anterior foi de 14,08 euros.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

Unidade: Euros

Data limite de reporte	31-12-2018	31-12-2017
2018		518.347,53
2022	66.049,91	66.049,91
2026	527.599,85	527.599,85
2027	207.765,57	207.765,57
2028	184.015,15	
	<b>985.430,48</b>	<b>1.319.762,86</b>

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31-12-2018		31-12-2017	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuizos fiscais 2013			518.347,53	108.852,98
Prejuizos fiscais 2014	527.599,85	110.795,97	527.599,85	110.795,97
Prejuizos fiscais 2015	207.765,57	43.630,77	207.765,57	43.630,77
Prejuizos fiscais 2017	66.049,91	14.200,73	66.049,91	14.200,73
Prejuizos fiscais 2018	184.018,15	37.723,72		
	<b>985.433,48</b>	<b>206.351,19</b>	<b>1.319.762,86</b>	<b>277.480,45</b>

Para além dos prejuizos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

## 8 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	1.109.426,04	1.290.568,98
	1.109.426,04	1.290.568,98
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	17.875,90	-23.084,17
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-202.380,54	-179.296,37
	-184.504,64	-202.380,54
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>924.921,40</b>	<b>1.088.188,44</b>

No valor apresentado em clientes gerais, o cliente com maior peso na dívida total é a HF, no valor de 659 mil euros. No exercício anterior, a mesma era de 858 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

**Unidade: Euros**

<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Perdas por imparidade</b>				
Serviços de turismo	176.481,64	94,00		176.575,64
Serviços de transporte interurbano	25.898,90		-17.969,90	7.929,00
	<b>202.380,54</b>	<b>94,00</b>	<b>-17.969,90</b>	<b>184.504,64</b>

As perdas de imparidade registada, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevada antiguidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes, duas escolas.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

**Unidade: Euros**

<b>Descrição</b>	<b>até 180 dias</b>	<b>180 e 365 dias</b>	<b>Mais de 730 dias</b>
Clientes gerais	614.785,51	256.867,60	237.772,93
	614.785,51	256.867,60	237.772,93

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efetuar serviços e pagamentos e encontram-se ajustados na sua totalidade.

## 9 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	30.604,78	36.334,93
IVA a recuperar	243.371,32	305.558,37
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Subtotal	273.976,10	341.893,30
Imparidade		-30.310,30
	273.976,10	311.583,00
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	10,00	
Retenções de imposto sobre o rendimento	14.522,75	9.089,00
Outros impostos	0,75	
Contribuições para a Segurança Social	33.313,01	27.901,68
Outras tributações		
	<b>47.846,51</b>	<b>36.990,68</b>

O imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC, deste e de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo e à estimativa de imposto IRC a pagar deste exercício.

A CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2013, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2018 a 37 mil euros. Em face à reduzida expectativa de recuperação, e apresentação de prejuízos sucessivos, a CCSG tinha registado uma perda por imparidade para cada um dos exercícios e anulando à medida que deixava de ser possível a dedução à coleta. Por alteração da legislação, em que as empresas podem solicitar o seu reembolso, logo após o término do ano a que os mesmos podem ser deduzidos, sem terem de pagar taxas de inspeção, a CCSG neste exercício reverteu as imparidades registadas.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data limite da dedução	31-12-2018	31-12-2017
2013	2018		7.951,11 €
2014	2020	7.505,88 €	7.505,88 €
2015	2021	7.298,63 €	7.298,63 €
2016	2022	7.554,68	7.554,68
2017	2023	6.275,77	6.275,77
2018	2024	1.969,82	
		<b>30.604,78</b>	<b>36.586,07</b>

## 10 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos ao pessoal	4.067,00	5.810,00
Outros devedores	735.214,94	467.140,94
Devedores por acréscimos de rendimentos	332,24	391.128,23
	<b>739.614,18</b>	<b>864.079,17</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	30.310,30	
Imparidade de períodos anteriores	-56.312,17	-56.312,17
	<b>-26.001,87</b>	<b>-56.312,17</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>713.612,31</b>	<b>807.767,00</b>

As principais variações dos saldos apresentados são:

Nos outros devedores, é essencialmente a dívida da HF à CCSG e paga de acordo com as suas disponibilidades, bem como de parte da indemnização compensatória do ano de 2018, a pagar pelo Governo Regional da Madeira. À data deste relatório esta dívida já está liquidada.

Nos devedores por acréscimos de rendimentos, é praticamente parte da indemnização compensatória do ano de 2017 processada em 2018.

Nas imparidades, tal qual já foi anteriormente referido é a reversão dos pagamentos especiais por conta de IRC.

## 11 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Activo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	47.900,51	2.478,25
Outros	219,27	
	<b>48.119,78</b>	<b>2.478,25</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Passes	49.678,56	53.489,23
Outros		1.820,40
	<b>49.678,56</b>	<b>55.309,63</b>

Nos gastos a reconhecer, o valor corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros e em 2017, a outros seguros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2019.

## 12 Capital subscrito

O capital social de 5.000.000,00 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2018.

## 13 Outros instrumentos de Capital

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 31/12/2018, totalizava 2.700.000,00 euros.

## 14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da

Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2018, era no montante de 59.358,27 euros.

## 15 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 88.498,16 euros, apresentando um valor acumulado de 4.897.297,93 euros negativos.

## 16 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Não corrente</b>		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	87.435,33	229.631,24
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	199.560,25	226.221,79
Outros credores por acréscimos de gastos	4.809,04	4.959,06
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	138.870,32	179.927,03
Pessoal	1.074,19	715,67
	431.749,13	641.454,79

Em Fornecedores de Investimento, os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos, e fornecidos pela empresa Mãe – HF. A variação verificada, deve-se à regularização do valor final a pagar referente à aquisição da Estação da Camacha, que de acordo

com o contrato de promessa de compra e venda, seria liquidado aquando da escritura final. A escritura realizou-se em dezembro do ano findo.

Em outros credores, o valor com maior peso no saldo total diz respeito aos serviços fornecidos pela Empresa-Mãe HF, 127 mil euros.

## 17 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c		
Gerais	14.084,32	4.571,90
Empresa-mãe	767.383,65	946.632,82
Facturas em recepção e conferência		
Adiantamentos		
	<b>781.467,97</b>	<b>951.204,72</b>

Em Fornecedores, a rubrica Empresa-Mãe, HF, refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas. Os mesmos são liquidados de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

## 18 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Serviços prestados</b>		
Bilhetes	1.172.182,69	1.237.169,26
Vinhetas e passes	1.116.875,67	1.110.506,83
Turismo e outros	732.627,79	751.156,27
	<b>3.021.686,15</b>	<b>3.098.832,36</b>

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Em serviços prestados, menos 77 mil euros que no ano anterior distribuído pelos seguintes serviços:

- No serviço interurbano, uma variação num valor aproximado de 59 mil euros e justificado pela redução nos bilhetes vendidos a bordo;

- No serviço de aluguer/turismo, menos 18 mil euros, é resultado, em parte, do reflexo do envelhecimento da frota, e, pela falta de investimento na aquisição de novas viaturas, que comprometem a sua competitividade em relação às outras empresas do mesmo setor.

## 19 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios à exploração/Indemnizações compensatórias	760.054,55	823.938,57
Subsídios à exploração/SUB23	3.887,91	
Subsídios à exploração/outros		
	<b>763.942,46</b>	<b>823.938,57</b>

Nos subsídios à exploração/ Indemnização Compensatória, inclui 66 mil euros, respeitantes ao acerto do valor do ano de 2016, atendendo que os valores de 2017 e de 2018 são de igual montante. As indemnizações respeitantes a 2017 e 2018 poderão ser alteradas, de acordo com o contrato assinado em 30/10/2017, e depois com a adenda ao mesmo contrato assinada em 2018, consoante resultado do apuramento final que devia ter ocorrido em agosto de 2018 e a ocorrer em agosto de 2019, respetivamente.

O contrato de concessão, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Região Autónoma da Madeira, mais propriamente pela Direção Regional de Economia e Transportes, outorgante deste protocolo até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior ou inferior a 15% do montante concedido, referente ao ano anterior, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;

- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração, o Passe@SUB23, dizem respeito à implementação no ano corrente, do novo título de transporte, com descontos especiais, denominado SUB23, destinado aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive. Foram contabilizados 4 mil euros a título de subsídio.

## **20 Fornecimento e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	22.565,45	30.012,97
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	58.450,99	64.004,73
Publicidade e propaganda	3.563,17	2.882,25
Vigilância e segurança	4.910,88	4.722,00
Honorários	0,00	500,00
Comissões	28.840,62	28.947,21
Conservação e reparação	1.019.654,58	1.002.151,76
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8,20	97,78
Material de escritório	3.955,00	1.288,00
Outros	260,78	193,14
Energia e fluidos:		
Electricidade	3.706,86	3.718,00
Combustíveis	936.750,41	892.228,57
Água	348,99	470,85
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	56,60	47,04
Transportes de mercadorias		6,77
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	59.976,00	75.672,00
Comunicação	5.796,67	9.387,76
Seguros	94.314,10	98.188,89
Contencioso e notariado	590,00	2.124,37
Despesas de representação	50,00	70,41
Limpeza, higiene e conforto	7.522,67	6.171,06
Outros serviços	8.686,92	10.533,76
	<b>2.263.207,80</b>	<b>2.236.303,41</b>

Os Fornecimentos e Serviços Externos, apresentam uma redução de 27 mil euros em relação ao ano anterior, destacando-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, menos 7 mil euros, pela redução de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa-Mãe, HF;
- Trabalhos especializados, variação de menos 5 mil euros, pelos serviços realizados por consultores pelos serviços prestados pela elaboração de dossiers dos preços de transferência.
- Na conservação e reparação de viaturas, menos 18 mil euros;
- Nas rendas e alugueres, a redução dos estacionamento na Estação da Camacha, atendendo que esta foi adquirida pela CCSG.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar, embora com uma ligeira redução nas rubricas comunicação e seguros.

## 21 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

**Unidade: Euros**

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	1.222.089,60	1.218.929,33
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	278.041,77	264.123,37
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12.781,30	12.022,32
Gastos de acção social	806,17	
Outros gastos com o pessoal	1.790,00	2.240,00
	<b>1.515.508,84</b>	<b>1.497.315,02</b>

Nos gastos com o pessoal, houve um aumento de 18 mil euros, devendo-se tal facto ao pagamento pela primeira vez do subsídio de insularidade, ao aumento salarial registado neste exercício em 1,5 % e ao aumento do número de trabalhadores de 67 para 68.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	66	65
Contratados a prazo		
	<b>68</b>	<b>67</b>

## 22 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	5.350,01	4.211,21
Outros	1.428,71	6.130,09
	<b>6.778,72</b>	<b>10.341,30</b>

Em rendimentos suplementares, refere-se essencialmente à recuperação de despesas diversas e indemnizações de seguros.

Em outros, pela anulação, em 2017, da estimativa de pagamento de rappel a uma agência de viagens.

## 23 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	105,63	80,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	257,21	540,33
Investimentos não financeiros	730,98	12.258,86
Outros	5.307,95	3.196,23
	<b>6.401,77</b>	<b>16.075,42</b>

A redução na rubrica, investimentos não financeiros, refere-se essencialmente ao abate de 10 viaturas, e, de órgãos de substituição de viaturas efetuados em 2017.

Na rubrica outros, releva-se a anulação do pagamento especial por conta de IRC do ano de 2013.

## 24 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	186.419,89	242.274,85
<b>Reversões</b>		
	<b>186.419,89</b>	<b>242.274,85</b>

Pela análise do quadro acima, verifica-se uma variação em 56 mil euros, e deve-se essencialmente à rubrica equipamento básico, referindo-se às amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, atendendo que as viaturas estão praticamente amortizadas pelo esgotamento de sua vida útil.

## 25 Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se no quadro abaixo:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Vendas e prestações de serviços</b>		
Empresa-mãe		1.181,90
Outras partes relacionadas		
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe	-2.153.509,02	-2.223.044,05
Outras partes relacionadas		-500,00
	<b>-2.153.509,02</b>	<b>-2.221.862,15</b>

As transações mais significativas, referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe	1.043.962,54	1.261.003,64
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe	-982.188,65	-1.331.232,53
	<b>61.773,89</b>	<b>-70.228,89</b>

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

## 26 Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como se segue:

Unidade: Euros

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Honorários totais faturados, revisão legal contas anuais	4.950,00	4.950,00
Honorários totais faturados, outros serviços	4.800,00	
	<b>9.750,00</b>	<b>4.950,00</b>

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 4.950,00 euros

## 27 Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa.

## 28 Anexo ao relatório do conselho de administração

**Anexo ao relatório do conselho de administração**  
a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais

<b>ORGÃOS SOCIAIS</b> (Artº. 447º., nº. 1 do C.S.C.)	<b>Nº. ACÇÕES</b> EM 31/12/2018	<b>Nº. ACÇÕES</b> EM 31/12/2017
<p>Exercício de 2017:</p> <p>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso Susana Maria Florenço Pinto Correia</p> <p>FISCAL ÚNICO BDO &amp; Associados, SROC, Lda. nº. 29 Rep. por João Paulo Torres da Cunha Ferreira - Roc. n.º 952</p>		
<p>Exercício de 2018:</p> <p>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florenço Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa</p> <p>FISCAL ÚNICO BDO &amp; Associados, SROC, Lda. nº. 29 Rep. por João Paulo Torres da Cunha Ferreira - Roc. n.º 952</p>		
<b>ACCIONISTAS</b> (Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)	<b>Nº. ACÇÕES</b> EM 31/12/2018	<b>Nº. ACÇÕES</b> EM 31/12/2017
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

**Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.**  
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2018  
a seguinte posição:

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>Nº. ACÇÕES</b>	<b>%</b>
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4 037 701 euros e um total de capital próprio de 2 722 699 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 139 362 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfases**

Ainda que em 2016 a Empresa tenha recebido prestações suplementares de capital de 2 700 000 euros, o que permitiu colocar os capitais próprios dentro dos limites legais, conforme previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, refira-se que as demonstrações financeiras foram preparadas na ótica da continuidade das operações, tendo a Empresa vindo a apresentar resultados negativos, encontrando-se

dependente do equilíbrio dos gastos de exploração com os proveitos de exploração, no sentido de mitigar o suporte financeiro do acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

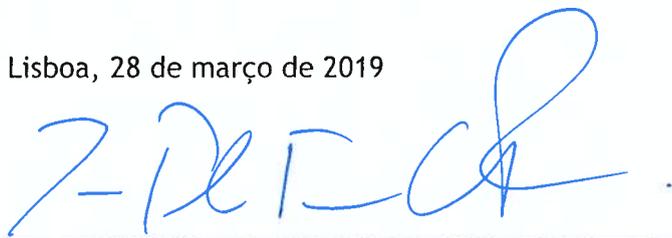
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

### *Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2018, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*

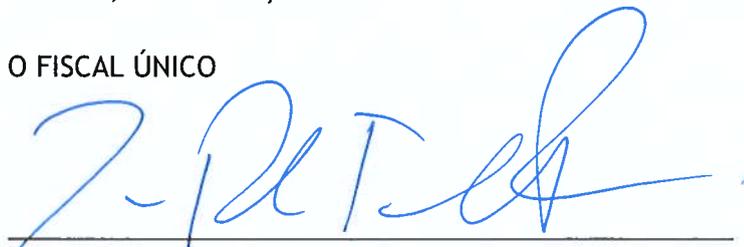
Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2018;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 28 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC, Lda.